



JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: IMPACTOS E DESAFIOS PARA O SISTEMA PÚBLICO

CAROLINA CUCCI; PAULO HENRIQUE SANTOS; CÉSAR CORTEZ GUIMARÃES; LUCAS VICENTIN FUSCO; SOFIA MURCA LOZANO

Introdução: A judicialização da saúde é um fenômeno crescente no Brasil, caracterizado pelo aumento de ações judiciais para garantir o acesso a medicamentos, procedimentos e tratamentos não ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Embora represente um importante instrumento para assegurar o direito à saúde, ela também traz desafios para a gestão pública, comprometendo o planejamento orçamentário e a equidade no acesso aos recursos. **Objetivo:** Analisar a judicialização da saúde no Brasil, investigando suas causas, impactos e possíveis soluções para equilibrar o direito individual à saúde com a sustentabilidade do sistema público. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura com busca de artigos publicados entre 2015 e 2024, nas bases PubMed, SciELO e LILACS. Os descritores utilizados foram “judicialização da saúde”, “direito à saúde” e “políticas públicas”. Foram selecionados estudos que abordam aspectos legais, econômicos e de gestão relacionados à judicialização. **Resultados:** A revisão apontou que a maioria das ações judiciais envolve solicitações de medicamentos de alto custo ou não incorporados ao SUS. Estudos destacam que muitos processos não se baseiam em evidências científicas robustas, o que pode resultar em tratamentos ineficazes ou inseguros. Além disso, a judicialização desvia recursos destinados a políticas públicas amplas, intensificando as desigualdades regionais. Por outro lado, há casos em que as decisões judiciais impulsionaram a incorporação de novas tecnologias e a revisão de políticas de saúde. **Conclusão:** A judicialização é um reflexo das lacunas na gestão e na política de saúde pública. Para mitigar seus impactos, é essencial fortalecer as instâncias de avaliação de tecnologias em saúde, ampliar o diálogo entre os Poderes e promover a educação em saúde baseada em evidências. O equilíbrio entre a proteção do direito à saúde e a sustentabilidade do SUS é fundamental para garantir uma assistência equitativa e eficaz.

Palavras-chave: Direito à saúde, Políticas públicas, Gestão sanitária, Sus, Judicialização.